

HIPERTEXTO/SOPA E PIPA

Após ataques e protestos, **Congresso** dos EUA arquivou projetos de lei acusados por usuários e sites de limitar o alcance da internet

CENSURA NA WEB

OS INTERNAUTAS

CONTRA-ATACAM

DIVULGAÇÃO



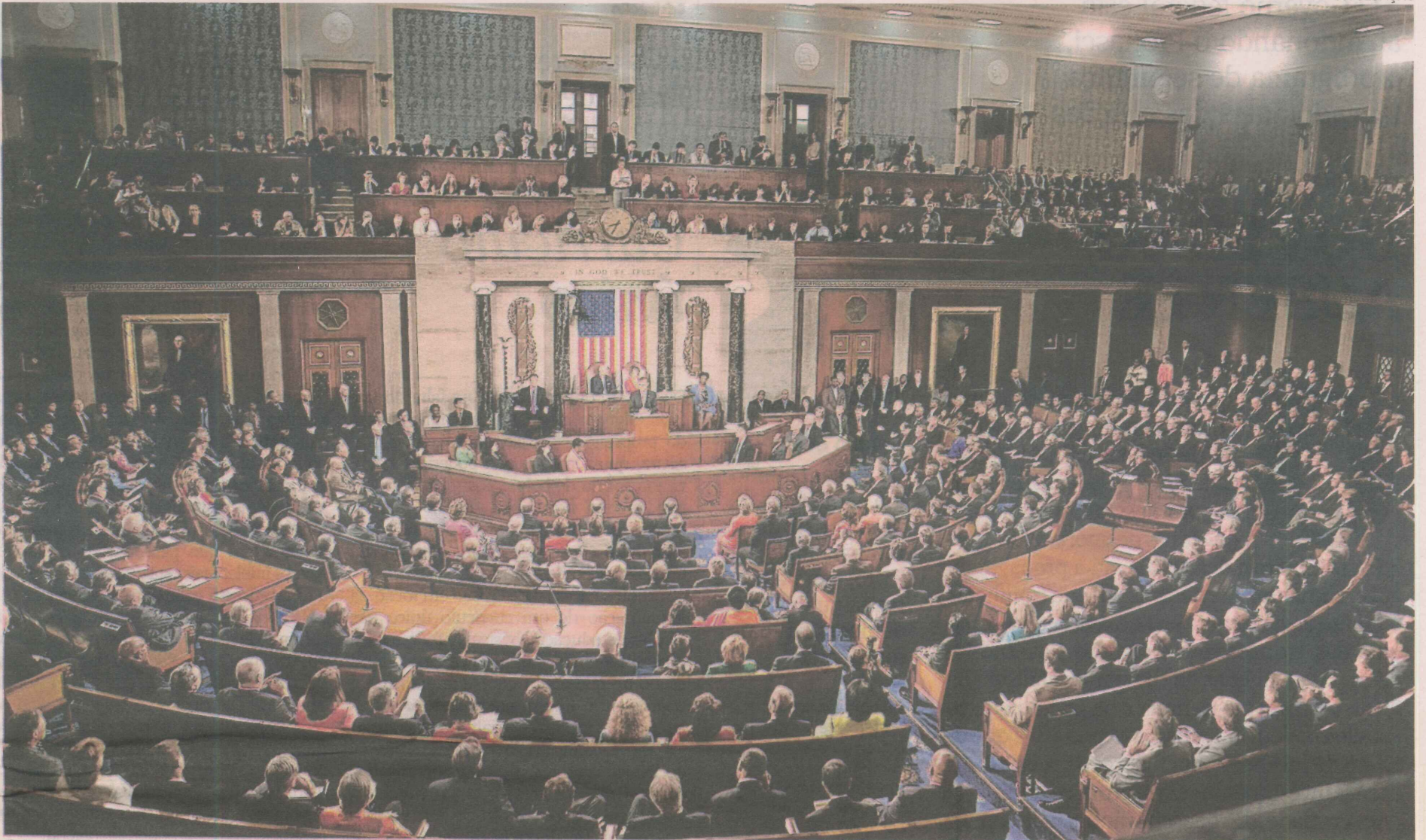
Uma guerra está em curso, mas o front não é em nenhum país, seja Afeganistão, Iraque ou Irã. Trata-se de uma modalidade de conflito internacional dos novos tempos, uma ciber guerra, entre os que defendem o fluxo livre de informações e produtos culturais na internet e aqueles que desejam impor limites a esse compartilhamento online. Na semana passada, os soldados da livre circulação aparentemente venceram uma importante batalha: após protestos que paralisaram sites importantes como a Wikipédia e ataques coordenados de hackers, o Congresso americano decidiu tirar da pauta de votação os dois projetos de lei que tiravam o sono dos internautas.

Quem costuma navegar pela internet se deparou, principalmente nas três últimas semanas, com duas siglas: Sopa e Pipa. São os projetos de lei "Stop Online Piracy Act" (Lei Contra a Pirataria Online) e "Protect Intellectual Property Act" (Lei de Proteção ao Direito Autoral), frutos da tentativa das indústrias fonográfica e cinematográfica norte-americanas de retomar as vendas perdidas com o compartilhamento gratuito de seus produtos na internet. O desejo das companhias é punir quem copia seus conteúdos e passar a lucrar com a venda online.

O Sopa, que tramitava na Câmara dos EUA, tem como líder Lamar Smith, republicano do Texas, além de um grupo bipartidário. Já o segundo estava no Senado americano e foi proposto pelo senador democrata Patrick Leahy e um grupo de 11 integrantes também bipartidário. Ambos seriam votados nesta semana, mas após os protestos, na semana passada, acabaram adiados.

Na última sexta-feira, o líder do Senado, Harry Reid, anunciou via Twitter que havia decidido adiar a votação do Pipa. Lamar Smith, republicano que preside o Comitê Judiciário da Câmara, seguiu o mesmo caminho e informou que a votação do Sopa também seria adiada até que houvesse um maior entendimento sobre a legislação. Os protestos, é claro, não cessaram.

Empresas contrárias aos projetos de lei dizem que a livre expressão na internet será ameaçada caso eles sejam aprovados



O Senado e a Câmara do Congresso americano resolveram adiar a votação do Pipa e do Sopa após protestos que derrubaram vários sites importantes

E o protagonista nessa “praça de guerra” virtual é o grupo Anonymous, um coletivo de hackers internacionais. Na madrugada do último dia 18, após o site de compartilhamento de arquivos Megaupload ter sido retirado do ar pelo FBI sob a acusação de pirataria, os “ciberguerrilheiros” anunciaram pelo Twitter: “Pegue pipoca... será uma noite longa e engraçada”. O grupo afirmou que aquela operação seria “o maior ataque já feito alguma vez pelo Anonymous”, com a atuação de 5.635 participantes.

Saíram do ar as páginas da Casa Branca (Whitehouse.gov), do departamento de Copyright (DOJ, na sigla em inglês), da Universal Music norte-americana e francesa, da associação da indústria fonográfica (RIAA, também na sigla em inglês), da associação da indústria cinematográfica (MPAA), da polícia federal norte-americana (FBI.gov), só para citar os principais alvos. A ação surtiu efeito, com o anúncio do adiamento das votações dos projetos já no dia seguinte.

FOCOS

As leis de combate à pirataria, da forma como seriam votadas, pretendiam bloquear o acesso a sites que comercializam conteúdo pirata como música, filmes e livros, além de impedir empresas de pagamento de transferir dinheiro para seus donos, bem como suspender imediatamente publicidade relacionadas a eles. Ferramentas de busca teriam que apagar links para tais sites dos resultados e provedores seriam obrigados e interromper o acesso - especialmente os estrangeiros.

Redes sociais, como Twitter e Facebook, poderiam ser punidos por permitir

QUEM É CONTRA, QUEM É A FAVOR



A favor

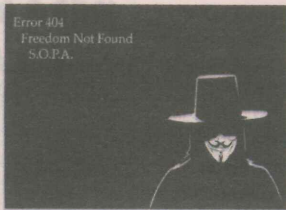
▼ Indústria cultural

As propostas têm apoio de emissoras de TV, gravadoras de músicas, estúdios de cinema e editoras de livros, que se sentem prejudicadas com a livre distribuição de filmes e músicas na internet, principalmente em servidores internacionais. Disney, Universal, Paramount, Sony e Warner Bros. são algumas das empresas que apoiam esses projetos.

Contra

▼ Sites

Empresas de tecnologia como Google, Facebook, Wikipedia, Craigslist,



WordPress, entre outros, são contra os projetos de lei, alegando que, caso aprovados, eles tirariam

a liberdade da internet, além de dar poderes em excesso para quem quiser tirar os endereços do ar, prejudicando o funcionamento da web em todo o mundo.

Posição

▼ Governo dos EUA

A Casa Branca também se manifestou contra os projetos, afirmando que eles podem atentar contra a liberdade de expressão na internet. Sem o apoio, eles podem sofrer modificações ou até serem diluídos no Congresso e no Senado americanos. Em seu blog, a Casa Branca afirmou que não pode apoiar “um projeto de lei que reduz a liberdade de expressão, amplia os riscos de segurança na computação ou solapa o dinamismo e inovação da internet global”.



que usuários publiquem conteúdo considerado ilegal. O Google, por exemplo, poderia ser acusado de manter anúncios publicitários e links para sites piratas nos seus serviços de internet. O site teria que desabilitar esses resultados nas buscas.

Para proteger a propriedade intelectual na web, a nova legislação daria ao governo dos EUA maiores poderes para punir donos de “sites dedicados à pirataria ou produtos falsificados”. Se fossem aprovadas da forma como foram redigidas, as normas iriam obrigar os sites a acharem uma forma de impedir a distribuição do conteúdo sob pena de fechamento ou até cinco anos de prisão.

Estúdios como Disney, Universal, Paramount, Warner Bros. e outros gigantes que são produtores de conteúdo são os principais incentivadores da proposta nos EUA. Do outro lado do ringue estão Google, Amazon, Facebook, eBay, Twitter, PayPal, Zynga, Mozilla, entre outros titãs da internet, que escreveram ao Congresso e fizeram manifestações online. A Wikipedia, por exemplo, ficou fora do ar no último dia 18, num “blecaute” coordenado com outros sites importantes.

Nos EUA, as ideias básicas do Sopa e do Pipa ainda podem retornar na forma de outra proposta de lei. No nível internacional, fala-se da Acta (“Anti-Counterfeiting Trade Agreement” - Acordo Comercial Antipirataria), com o objetivo de proteger a propriedade intelectual. Ontem, a Polônia integrou os países que já assinaram o acordo, ao lado de Estados Unidos, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Japão, Nova Zelândia, Marrocos e Cingapura. O Anonymous, é claro, já vem reagindo, atacando sites do governo polonês, numa guerra que ainda está longe de ter uma trégua. (Das agências)